

BANCO CENTRAL INDEPENDENTE?

LUIZ MARQUES DE ANDRADE FILHO¹

Resumo

Este artigo faz uma breve análise sobre a independência do Banco Central brasileiro aprovada em fevereiro de 2021, à luz de uma interpretação política econômica das suas condicionantes, e de seus possíveis impactos sobre a economia brasileira. Ele também busca entender as conjunturas históricas, no Brasil e no exterior, que nos fazem compreender sobre a não relevância da independência formal do Banco Central.

Palavras-Chave: Independência do Banco Central. Política monetária. Economia brasileira.

Abstract

This paper makes a brief analysis on the Brazilian Central Bank independence enacted in February 2021, under an interpretation based on the political economy, and on its conditionings and possible impacts over the Brazilian economy. It also seeks to embrace the historical junctures, in Brazil and abroad, that make us understand about the non-relevance of the formal independence of the Central Bank.

Keywords: Central Bank independence. Monetary policy. Brazilian economy.

RESUMEN

Este artículo ofrece un breve análisis de la independencia del Banco Central de Brasil aprobada en febrero de 2021, a la luz de una interpretación política económica de sus condiciones y sus posibles impactos en la economía brasileña. También busca comprender las circunstancias históricas, en Brasil y en el exterior, que nos hacen comprender la irrelevancia de la independencia formal del Banco Central.

Palabras Clave: Independencia del Banco Central. La política monetaria. Economía brasileña.

¹ Economista, mestre em administração, professor da Faculdade Baiana de Direito e do Centro Universitário Ruy Barbosa.

Introdução

A aprovação da Lei que dá a autonomia ao Banco Central (BC) é um movimento que, apesar de não ter relação objetiva com a PEC da reforma administrativa do estado brasileiro, possui forte conformidade prática e estrutural com o conjunto da administração pública e suas reformas capitaneadas pelo poder executivo.

O tema traz alguma polêmica a começar pela semântica: no corpo da lei quando se fala em autonomia na verdade se quer dizer independência do BC: independência de pressões políticas do governo (pois, mesmo antes da lei, o BC por ser uma autarquia do governo federal, já possuía autonomia administrativa).

Existem economistas favoráveis à independência do BC (os mais liberais em geral) e outros contrários. Há inclusive uma área da economia bem mais restrita que acredita que os Bancos Centrais nem deveriam existir (pois eles seriam uma espécie de garantidores do poder de cartel do sistema bancário sobre a sociedade), é a ala mais à direita da Escola de Viena, cujo melhor representante é o economista americano Murray Rothbard (divergindo dos seus pares liberais).²

Qual a ideia básica por traz da independência? O BC independente do governo seria mais eficiente em um processo de combate à inflação, do que um não independente; dado que para combater uma forte subida de preços, normalmente derivada de pressão da demanda da sociedade, seria necessário o uso de políticas monetárias e cambiais que aumentam o desemprego; como estas políticas não são agradáveis politicamente (entenda-se eleitoralmente), a pressão política para esfriar esta ação dura do BC poderia vir à tona.

Neste sentido, um BC independente, que seria resumido em um órgão cujo presidente e diretores não podem ser demitidos por pressão política,

² Em seu livro *A Grande depressão americana* (1963), Rothbard critica a explicação hegemônica sobre a crise de 1929, defendendo a ideia de que não foi o liberalismo o causador da crise, mas sim as políticas intervencionistas do BC americano na década de vinte do século passado, que reduziram de maneira artificial as taxas de juros e induziram o endividamento das famílias e o boom de aplicações na Bolsa de Nova Iorque, o que produziu o estouro da bolha e a crise. Em outro livro, *The Mystery of banking* (1983) o autor explica o funcionamento do sistema financeiro e a criação do primeiro banco central da história, o Banco da Inglaterra, como uma espécie de conluio entre o governo inglês e grandes negociantes no século XVII. A carga contra o BC é forte também em *The Case Against the FED* (1994), onde Rothbard questiona a necessidade da existência do FED nos EUA.

seria mais efetivo no combate à inflação que um BC facilmente capturado por pressões dos políticos profissionais.³

Assim, a base do BC independente é a sua estrutura com presidente e diretores com mandatos fixos em termos de tempo, que não podem ser demitidos por pressão política. Aliás, como já ocorre nas nossas agências reguladoras, como ANP, ANEEL, ANATEL, ANVISA etc.

Este texto busca entender o que está por trás da independência do BC e seus possíveis impactos sobre a economia brasileira.

As premissas do modelo e suas críticas

Os defensores da independência do BC acreditam que ele seria sempre mais eficiente no combate à inflação. A ideia base reside na neutralidade da moeda, ou seja, as ações de política monetária seriam incapazes de promover ganhos reais sobre o produto (como admitiam os keynesianos), e desta forma o BC deveria apenas focar sobre a estabilidade do nível de preços (Mendonça, 2003).

Em geral, era bem aceito pelos economistas que a política monetária poderia ser usada de forma contracíclica sendo capaz de afetar variáveis reais (produto) e nominais (inflação). Entretanto, o fim do sistema de Bretton Woods e primeiro grande choque do petróleo fizeram com que a busca por mecanismos que fossem capazes de combater a inflação ganhasse destaque. Concomitante à necessidade de natureza prática por um novo desenho de política monetária, a introdução do conceito de expectativas racionais à análise política econômica por Lucas (1972, 1973) e Sargent (1973) fez com que diversos economistas passassem a assumir a impossibilidade da política monetária causar efeitos reais sobre a economia, o que por consequência, levou ao fortalecimento do pressuposto da neutralidade da moeda (Mendonça, 2003, p. 111).

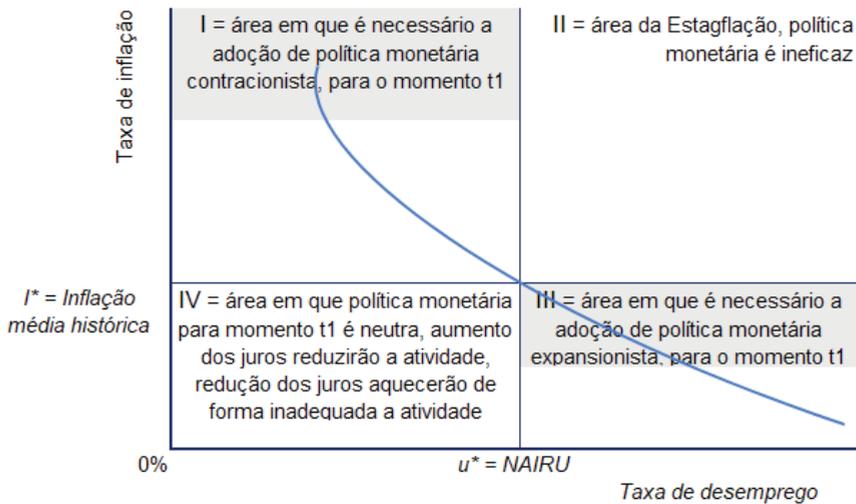
Resumidamente, o modelo pressupõe que o BC independente teria maior eficácia na adoção de políticas contracionistas para a manutenção

³ Ver Mendonça (2003) e (2006).

do equilíbrio e controle do nível de preços pelo fato de estar blindado, pela legislação, à pressão dos políticos e das forças do ambiente social.

Seria mais fácil, portanto, manter o ritmo da economia e do nível de preços ao redor da NAIRU (*No advancing inflation rate unemployment*) da Curva de Philips⁴, conforme Figura 1.

Figura 1. Curva de Philips no momento t_0 e políticas para t_1 .



Fonte: Elaboração do autor.

O Quadrante I, a região de explícita inflação de demanda, implicaria a adoção de contração da política monetária para reconduzir a economia para a vizinhança da NAIRU e da inflação média histórica. É justamente no Quadrante I que a independência do BC se casaria como uma luva, por dar aos seus dirigentes blindagem de seus cargos em decorrência de pressão política advinda dos efeitos contracionistas de sua política.

Já no Quadrante II, a inflação não poderia ser combatida mediante choques e aperto da política monetária, pois essa inflação não seria causada por inflação de demanda e sim por um choque de oferta, por problemas

⁴ Observar que o FED dos EUA possui duas metas de trabalho, a meta de inflação e a meta de geração de empregos.

estruturais/políticos ou mesmo seria uma inflação inercial. No quadrante II, a política monetária não teria eficácia.

Nos Quadrantes III e IV, temos inflação abaixo da média. Na região III, seria necessária a adoção de políticas expansionistas, enquanto na região IV, o espaço ideal da Curva de Philips (com desemprego e inflação ambos abaixo de suas médias), a política monetária estaria em neutralidade e seu aperto reduziria o ritmo da atividade, aumentando o desemprego. De modo oposto, seu relaxamento aqueceria ainda mais a demanda.

Ao passo que os defensores do modelo enfatizam seu caráter de maior efetividade no combate à inflação e – assim – na estabilidade dos preços, as críticas ao modelo se baseiam no fato de que o foco sistemático no controle da inflação levaria o BC a perder flexibilidade de ações na condução de políticas contracíclicas, de estímulo à demanda. Além disso é defendida a ideia de que os mandatos para presidente e diretores do BC, em termos de tempo, não seria democrático, pois os eleitores não decidiriam sobre suas nomeações, cabendo ainda decisões políticas (via parlamento) sobre a assunção de seus cargos.

Figura 2. Independência do BC: vantagens, desvantagens e consequências.

<i>Vantagens</i>	<i>Desvantagens</i>
* Isolamento do BC frente às pressões políticas	* Estrutura não democrática
* Maior disciplina fiscal devido às restrições ao financiamento do déficit pelo BC	* Evidência empírica ainda frágil
	* Possível aumento dos gastos orçamentários do governo devido à elevação da rubrica dos juros da dívida pública
<i>Consequências</i>	<i>Consequências</i>
Menores taxas de inflação com menor dispersão da mesma: melhor previsibilidade futura a respeito do comportamento dos preços	Perda da flexibilidade contracíclica da política monetária e em consequência da política fiscal (devido à neutralização da expansão fiscal através de juros mais elevados)

Fonte: Elaboração do autor.

BC no Brasil

Nosso BC surge em dezembro de 1964, através da aprovação da Lei nº 4.595, e começa a operar em março de 1965. Antes do BC as funções de autoridade monetária estavam misturadas em um espaço de limbo entre o Banco do Brasil e a SUMOC (Superintendência de Moeda e do Crédito).⁵

A mesma lei criou o Conselho Monetário Nacional, como órgão máximo de expedição de diretrizes e normas para as políticas de crédito, monetária, fiscal e orçamentária e relativas à dívida pública.

Saliente-se, portanto, que momentos decisivos da história brasileira, como a crise de 1929, a década de 30 que sucedeu a crise, a Segunda Guerra e os anos de desenvolvimento acelerado tipificados pelo período Juscelino Kubitschek foram vividos sem a presença da autoridade monetária do BC.

Um movimento fundamental ocorreu em 1986 com a extinção da conta movimento do Banco do Brasil junto ao BC, que funcionava como uma espécie de fluxo separado dos controles orçamentários do legislativo federal, entenda-se, então, como uma forma de emissão de moeda do governo através do Banco do Brasil. Esse ano marca, também, a criação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), subordinada ao Ministério da fazenda, que passa a centralizar as ações de política fiscal do governo federal (desembolsos, transferências e controle da dívida pública relacionada à política fiscal).

Não é exagero afirmar que o arcabouço estrutural de gestão macroeconômica, no Brasil, só fica montado e racionalmente desenhado em 1986, durante o governo Sarney: o BC com a execução das políticas monetária e cambial e a STN com a política fiscal.

Nosso Banco Central não foi criado sob a forma de independência, até em razão da discussão sobre independência somente surgir anos depois.

Estas ideias surgem nos anos 70, após a pressão inflacionária vivida pelos EUA e países europeus, decorrentes da 1ª e 2ª Crise do petróleo.⁶ A

⁵ A lei que criou o BC brasileiro (Lei nº 4.595) já determinava mandato de seis anos para seu presidente, sendo assim uma condicionante formal de sua independência. Contudo, o primeiro presidente do BC, Dênio Nogueira, foi demitido no segundo ano de seu mandato pelo presidente Costa e Silva. Somente em 1974, pela Lei nº 6.045, o mandato de seis anos seria retirado da estrutura normativa do BC, ver Falcão (2014).

⁶ Ver Sicsú (1996).

primeira experiência prática de independência ocorreu com o BC da Nova Zelândia.

O BC brasileiro, até 2004, era uma autarquia subordinada ao Ministério da Fazenda, portanto, o presidente do BC tinha dois chefes, o ministro da Fazenda e o próprio presidente da República (além de seguir também os ditames do CMN).

Quando Lula assume a presidência em janeiro de 2003, sob os olhares críticos do sistema financeiro nacional e internacional, ele convida, para ser o *chair* do BC, Henrique Meirelles, na época recém aposentado pelo *Bank of Boston*, como muita credibilidade e trânsito internacional no mercado financeiro, justamente como uma demonstração clara de que o governo Lula não iria ser irresponsável em suas políticas monetária e cambial, seguindo a linha já definida pela Carta ao Povo Brasileiro de junho de 2002, quando ele ainda era candidato.⁷

Mas, em 2004, devido a acusações de possível sonegação fiscal contra Meirelles, Lula, já presidente, aprova no Congresso MP que dava ao BC o mesmo status de ministério, e ao seu presidente o mesmo status de ministro, como forma de blindar seu presidente do BC, já que com isso ações judiciais contra o presidente do BC teriam que ser impetradas no STF.⁸

Neste momento, portanto, o BC deixa de ser uma autarquia subordinada ao Ministério da fazenda para estar subordinado diretamente à presidência da República, já conseguindo mais algum grau de autonomia.

Junte a isto o fato de que Lula também blindou Meirelles politicamente, dando-lhe carta branca para fazer a política de controle de preços que fosse necessária para manter o controle inflacionário alcançado pelo Plano Real. Esta liberdade (independência política) conquistada pelo BC de Meirelles incomodava inclusive fortes lideranças do PT (como a então ministra Dilma Rousseff e José Dirceu, por exemplo, além da própria Direção Executiva do partido).

Havia pressão política, portanto, inclusive de dentro do partido de Lula, pela demissão de Meirelles e a mudança na condução da política monetária, mas nada aconteceu, pois Lula “bancou” Meirelles e sua política econômica anti-inflacionária⁹. A independência fora conquistada politicamente, de maneira tácita e informal.

7 Ver jornal *Folha de São Paulo* (2002).

8 Ver Jornal *Folha de São Paulo* (2004).

9 Ver revista *Veja* (2007).

Outra fase importante do nosso BC, que, mesmo sem a sua independência, observou-se um comportamento eficiente, diz respeito à crise bancária de 1995, no governo FHC, logo após a introdução do Real em 1994, que levou à liquidação extra judicial de três grandes bancos privados (Econômico, Nacional e Bamerindus), sua resolução via PROER e, em seguida, o saneamento do sistema bancário público estadual via PROES. Não foi necessária independência para isso. Apesar da pressão política de governadores à época (Cardoso, 2015).

Os casos do FED e do Banco Central Europeu

Dois casos de independência formal, relevantes, são o BC dos EUA (o FED) e o Banco Central Europeu (BCE). O BC dos EUA é formalmente independente. Existem regras claras de condução de seu presidente e diretores, que cumprem mandato, e que não devem seguir orientações diretas do presidente da República.

As discussões públicas do ex-presidente dos EUA, Trump, contra a política monetária do FED, foram fartamente divulgadas na imprensa. A pressão de Trump contra seu BC foi intensa, mas, devido à independência do órgão, tais pressões foram totalmente inúteis.¹⁰

No entanto, é esclarecedor observar que durante a crise das hipotecas em 2008 nos EUA, quando o mercado bancário americano colapsou (até em razão de uma política leniente de liberalização financeira do FED), o órgão que liderou a busca de resolução dos problemas foi a Secretaria do Tesouro dos EUA, e não o FED. O BC americano em verdade atuou seguindo as ações do Tesouro. Ou seja, mesmo sendo um BC formalmente independente, em momentos de forte crise, o FED abriu mão desta independência para seguir os passos do governo para a mitigação dos problemas.¹¹ O que, aliás, é razoável crer que este comportamento seja racional e politicamente coerente.

No caso do BCE, vemos um banco que é responsável pela emissão e controle da moeda de dezenove países. As nações que entraram para a Zona do Euro e assumiram o Euro como moeda perderam sua capacidade

10 Ver *Portal G1* (2018) e *IstoÉ Dinheiro* (2019).

11 Ver *Jornal Folha de São Paulo* (2008).

de controle de suas políticas monetária e cambial, restando apenas a sua política fiscal.

O nível de regras burocráticas, que tem o objetivo de proteger o BCE de pressões políticas vindas de seus estados membros, é bastante ampla e complexa, até em razão de evitar, ao máximo, possíveis fenômenos de descontrole de preços, no Euro, o que poderia ser dramático, dada a singular experiência desta moeda e as disparidades regionais que ainda existem na zona monetária.

Não obstante, devemos observar que, quando da crise do Euro, cujo auge ocorreu em 2013-2015, o BCE agiu de forma política como agente de “salvação” de economias que estavam à beira do colapso devido à dívida pública elevada e descontrolada, como Grécia, Itália, Portugal, Espanha, Irlanda e Chipre.

Esta ação do BCE, ao lado do FMI e Comissão Europeia (a Troika), foi duramente criticada por políticos (e mesmo cidadãos) de economias mais desenvolvidas e que não sofriam a crise como os países citados (estas críticas foram muito fortes na Alemanha e Holanda). Mas, ainda assim, o BCE se despiu da sua tecnocracia e independência e se juntou à Troika com o objetivo de liberar empréstimos e mesmo comprar papéis da dívida soberana destes países.

Os dois casos anteriormente citados nos mostram que, em momentos de forte crise, mesmo um BC independente tende a seguir ações políticas coordenadas pelo seu governo (no caso do BCE, esta coordenação estava com a Comissão Europeia).

Importante ressaltar que a crise das hipotecas em 2008 seguida da crise do Euro, fez com que os BCs dos EUA, o Banco Central Europeu, o Banco da Inglaterra e do Japão adotassem a política de compra antecipada de papéis da dívida pública e dívida privada (a *Quantitative Easing*, *QE*) como forma de injeção maciça de liquidez no mercado bancário e estímulo às suas economias, mas, ainda assim, não houve nenhuma forma de descontrole de preços, não houve explosão inflacionária (Resende, 2017). Esta injeção de liquidez acabou por refutar a tese da proporcionalidade entre estoque de moeda e nível geral de preços, base da Teoria quantitativa da moeda, que sustentou a ação dos BCs por décadas. Então, hoje, já se possui evidência empírica de que é possível, sob determinadas condições,

produzir aumento da liquidez em uma economia sem haver a esperada explosão inflacionária. Neste caso, a independência dos BCs seria uma tese que tenderia a se tornar anacrônica, em função do ambiente e das experiências citadas nestas regiões, economicamente desenvolvidas.

Independência do BC e desigualdade social

Outro aspecto relacionado à independência do BC se refere à possibilidade de que a independência produza o aumento das desigualdades sociais.

Esse tema foi abordado em artigo do Banco Mundial (Aklin, Kern & Negre, 2021), em que os autores levantam a hipótese de que a independência do BC (ICB) tende a aumentar a desigualdade social, pois o BC independente tem enfraquecida suas condições e flexibilidade para a adoção de políticas econômicas intensivas buscando o crescimento econômico.

Esse enfraquecimento viria não só de restrições sobre a política monetária, que teria sempre seu foco na estabilidade de preços, mas também da política fiscal, pois o governo perderia também a capacidade de atuar com políticas fiscais expansionistas, pois o BC estaria sempre esterilizando estas políticas de crescimento através do aumento das taxas de juros.

Em paralelo, o governo buscaria agir microeconomicamente em três âmbitos: (1) financeiro, (2) mercado de trabalho e (3) nas políticas sociais.

No âmbito financeiro, a tendência é de aumento da dívida privada ao lado de enriquecimento das classes rentistas; no mercado de trabalho, o governo agiria para desregular este mercado para poder facilitar a contratação de trabalhadores mediante regras mais flexíveis, justamente como forma de tentar mitigar os efeitos danosos da taxa de desemprego que tenderia a subir em razão do aperto da política monetária, e, por fim, nas políticas sociais, a tendência seria de enfraquecimento destas políticas, via redução de transferências às famílias por exemplo, devido a perda de liberdade da política fiscal.

Os pesquisadores testaram, econometricamente, esta hipótese em painel data como 121 países e concluíram que a independência do BC tende, sim, a aumentar a desigualdade, reduzindo a renda da população do primeiro decil e aumentando a renda da população do nono decil.

Our headline results rely on the share of total income earned by each decile, ordered from the lowest (bottom 10%) to the highest-earners (top 10%). Our conjecture is that the latter should benefit from CBI, whereas the former should be hurt. Together, this would indicate an increase in inequality (Aklin, Kern & Negre, 2021, p. 13).

A perda de dinâmica da economia brasileira

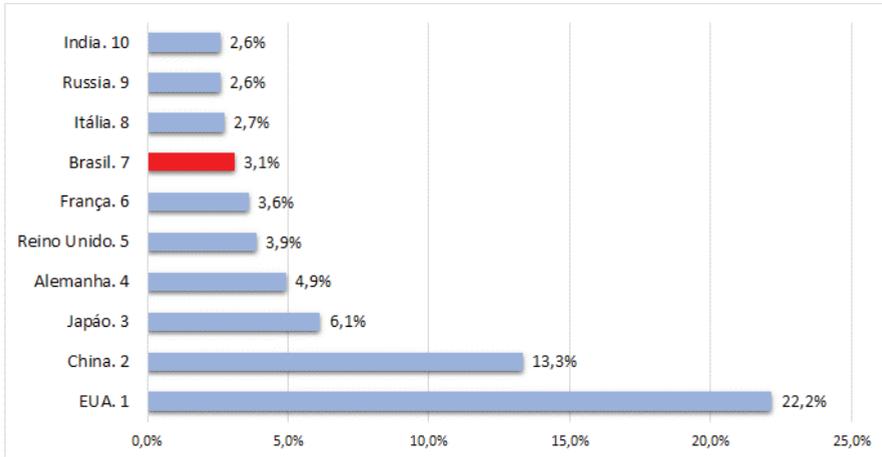
Ressaltemos, também, que as condições atuais da economia brasileira clamam pela volta do crescimento econômico, considerando a perda de dinamismo da economia desde 2015. O controle da inflação não é o principal problema hoje, muito pelo contrário.

A economia brasileira perdeu ritmo, nosso mercado interno está se debilitando, as disparidades sociais voltaram a crescer, e isto pode ser resumido nos dois gráficos à frente que mostram que em 2014 o Brasil possuía a sétima economia global, em termos de PIB, enquanto as projeções para 2021, do FMI, nos colocam apenas em décima quarta posição.

No período, nós fomos ultrapassados por: Rússia, Índia, Itália, Canadá, Coreia do Sul, Austrália e Espanha. Em 2014, o PIB brasileiro representava 3,1% do PIB global, em 2021 teremos apenas 1,6% do total do PIB global.

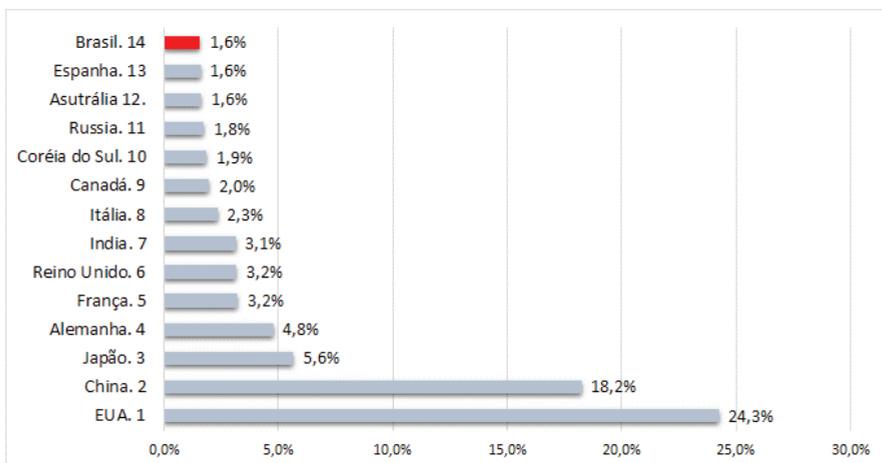
É urgente a adoção de políticas de retorno ao crescimento econômico considerando esta perda de dinamismo e ritmo da economia brasileira, e a independência do BC não se adere a esta demanda, justamente pela possível perda de força das políticas contracíclicas, e expansionistas.

Gráfico 1. Dez maiores economias globais em tamanho do PIB (% do PIB em relação ao total do PIB global), 2014.



Fonte: FMI, e elaboração própria.

Gráfico 2. Quatorze maiores economias globais em tamanho do PIB (% do PIB em relação ao total do PIB global), 2021.



Fonte: FMI, e elaboração própria.

Conclusões

As principais mudanças trazidas pela aprovação da lei da independência do BC no Brasil são, de fato, a inclusão de mandato de quatro anos para presidente e diretores do BC, além da retirada do status de ministro do presidente do BC.

Mas como nós continuaremos seguindo o modelo de metas de inflação, tendo o Conselho Monetário Nacional (CMN) como o principal do modelo, as diretrizes da política monetária permanecerão sendo dadas pelo CMN e o BC apenas irá executar as suas ferramentas (taxa Selic, desconto, *open market* e depósitos compulsórios). Mas vejamos:

- a) Os casos do BC dos EUA em 2008 e do BCE na crise do Euro (2013 a 2015) nos mostra que mesmo em BCs independentes, em momentos de forte crise, eles tendem a seguir as ações do seu governo.¹²
- b) Apesar de nosso BC não ser independente na época do governo Lula, ele acabou agindo como se fosse, pois, Lula, após trazer Henrique Meirelles para a presidência do BC, blindou politicamente Meirelles e permitiu que ele fizesse duras políticas capazes de manter a inflação sob controle; apesar das fortes críticas de parte do PT, nada mudou. Meirelles entrou no BC com Lula e saiu com Lula, ficando oito anos no cargo e sendo o mais longo presidente do BC na história brasileira.

Assim, além de ter uma tendência de aumento de desigualdades sociais devido à restrição da política monetária e da perda da eficácia de políticas fiscais expansionistas, entendemos que, no momento, na atual conjuntura da economia brasileira, a independência do BC é uma falácia exposta ao público como mais uma solução fundamentalista com olho nos mercados. Ela, vindo agora, não mudará em nada o nosso quadro, em razão de que:¹³

12 O caso do FED em 2008 está registrado no documentário Trabalho interno do diretor Charles Ferguson.

13 Aqui cabem perfeitamente as sábias palavras do professor André Lara Rezende: "A condução da política monetária é hoje a última trincheira do liberalismo tecnocrático. O questionamento do arcabouço teórico que lhe confere legitimidade não é entendido como um questionamento meramente intelectual, mas como uma ameaça política." (2017, p. 16).

- :: O BC independente possuiria maior relevância em ambientes em que a inflação de demanda está fora de controle, em economia aquecida; não é em absoluto o caso brasileiro, que vive uma crise econômica desde 2015, com elevadas taxas de desemprego;
- :: Nosso mercado bancário historicamente vem sendo muito bem controlado e regulado pelo BC;
- :: A Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade fiscal já impõem restrições ao financiamento do déficit federal do Tesouro Nacional pelo Banco Central, e, por fim,
- :: Nosso problema é eminentemente fiscal e de crescimento econômico, não é monetário.

Nosso BC é novo, já passou por várias crises, e foi responsável, junto ao Ministério da Fazenda, por implantar um dos mais bem sucedidos planos de combate à hiperinflação da história global, o Plano Real, no governo Itamar Franco, em 1994.

O que devemos nos perguntar é se após a aprovação da independência do BC em relação ao governo, como ficará a sua independência em relação ao sistema financeiro?

Basta darmos uma olhada no seu quadro de dirigentes dos últimos trinta anos e veremos uma salutar relação de indicação de profissionais vindos do sistema financeiro para ocupar a direção do BC. Não é muito comum um funcionário público concursado do nosso BC chegar à posição de diretor e presidente. Neste sentido, o velho ultra liberal Murray Rothbard poderia ter razão: o BC existe para proteger o interesse dos bancos. Engraçado que não foi um socialista/comunista que disse isso, mas um economista liberal da Escola de Viena.

Mais grave e impactante que o BC independente é a recente aprovação pela Câmara dos Deputados do PL que traz alterações no mercado cambial, que permitirá que pessoas físicas mantenham contas em moeda estrangeira no Brasil, como contas em dólar.

Se o objetivo de longo prazo do governo é uma espécie de dolarização na economia brasileira, nós nos juntaremos ao seleto clube de países como Equador, Panamá, Zimbábwe e El Salvador, com todo respeito aos seus cidadãos.

Referências

- AKLIN, Michael; KERN, Andreas & NEGRE, Mario (2021). *Does Central Bank Independence increase inequality?* World Bank. Policy Research Working Paper no 9.522, Washington.
- CARDOSO, Fernando Henrique (2015). *Diários da presidência*, volume 1, 1995-1996. Companhia das Letras, São Paulo.
- FALCÃO, Joaquim. Banco Central. Independência? De quem? Disponível em: <https://insightinteligencia.com.br/category/educacao-66/>. *Revista Insight Inteligência*, nº 66, set.2014, p. 46-53, 2014.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro*. 24 de junho de 2002.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Meirelles ganha status de ministro e foro privilegiado*. 17 de agosto de 2004.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Tesouro dos EUA injeta bilhões em nove bancos*. 29 de outubro de 2008.
- MENDONÇA, Helder Ferreira. Independência do Banco Central e coordenação de políticas. *Revista de Economia Política*. Editora 34, março/2003. São Paulo, p. 109-120, 2003.
- MENDONÇA, Helder Ferreira. Independência do Banco Central e equilíbrio fiscal: algumas observações sobre o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*. Editora 34, março/2003. São Paulo, p. 23-38, 2006.
- PORTAL G1. *O único problema que nossa economia tem é o FED, diz Trump*. 24 de dezembro de 2018.
- RESENDE, André Lara. *Juros, moeda e ortodoxia*. Editora Schwarcz, São Paulo, 2017.
- REVISTA ISTOÉ DINHEIRO. *Trump ataca o FED americano*. 23 de agosto de 2019.
- REVISTA VEJA. *Documento final do PT ataca duramente BC e política monetária*. 11 de fevereiro de 2007.
- ROTHBARD, Murray. *A Grande depressão americana*. Instituto Ludwig Von Misses. São Paulo, 1963.
- ROTHBARD, Murray. *The Mystery of banking*. Create Space Publications. New York, 1983.

ROTHBARD, Murray. *The Case Against FED*. Create Space Publications. New York, 1994.

SICSÚ, João. *A Tese da independência do Banco Central e a estabilidade de preços: uma aplicação do método Cukierman à história do FED*.

UFRJ. Rio de Janeiro, 2006, p. 21-49.

WWW.IMF.ORG